

Estudo comparativo sobre a prática Ecoturística em parques na região da Serra do Cipó

Isla de Oliveira Bráulio¹
Bernardo Machado Gontijo²

Submissão em: 13 mar. 2024

Aceite em: 07 jun. 2024

Resumo: Esta pesquisa visa analisar o impacto do ecoturismo em três Unidades de Conservação (UCs) na região da Serra do Cipó. Neste contexto, tais UCs apresentam notável crescimento impulsionado pelo ecoturismo. Contudo, surge uma inquietação quanto a prática sustentável da atividade turística, principalmente após a pandemia de COVID-19. O propósito desta pesquisa é avaliar a prática do ecoturismo e compreender suas repercussões em três parques que compõem o novo mosaico da Serra do Cipó, com enfoque na travessia Alto Palácio - Serra dos Alves do Parna Serra do Cipó e na Travessia Lapinha-Tabuleiro, que envolve os parques Serra do Intendente (Estadual) e Tabuleiro (Municipal). Para tanto, analisou-se os usos públicos estabelecidos nos planos de manejo destas UCs e bibliografias complementares. Além disso, para compreender o efeito da pandemia na busca por esses espaços, foram analisados os dados de visitação de 2019 a 2022, explorando os números que revelam o fluxo turístico nos parques, considerando os períodos pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico. Diante do atual panorama e das tendências turísticas, surge uma incerteza sobre a sustentabilidade do turismo na área em estudo.

Palavras-chave: trilhas em unidades de conservação; uso público; ecoturismo; efeitos da pandemia.

Comparative study on the practice of ecotourism in parks in the Serra do Cipó region

Abstract: This research aims to analyze the impact of ecotourism in three Protected Areas (PA's) in the Serra do Cipó region. In this context, the region's PA's show notable growth driven by ecotourism. However, there is concern regarding the sustainable practice of tourism, especially after the COVID-19 pandemic. The purpose of this research is to evaluate the practice of ecotourism and understand its repercussions in three parks that make up the new Serra do Cipó mosaic, focusing on the Alto Palácio - Serra dos Alves do Parna Serra do Cipó crossing and the Lapinha-Tabuleiro crossing, which involves the Serra do Intendente (State) and Tabuleiro (Municipal) parks. To this end, the public uses established in the management plans of these PA's and complementary bibliographies were analyzed. Furthermore, to understand the effect of the pandemic on the search for these spaces, visitation data from 2019 to 2022 was analyzed, exploring the numbers that reveal the tourist flow in the parks, considering the pre-pandemic, pandemic and post-pandemic periods. Given the current panorama and tourism trends, uncertainty arises about the sustainability of tourism in the area under study.

Key words: trails in protected areas; public use; ecotourism; effects of the pandemic.

¹ Turismóloga, graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: x.isla16@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6927-6699> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7659609831247333>

² Professor Associado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: gontijob9@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5012-9652> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882015654292509>

Introdução

Desde a década de 90, a prática do turismo nas Unidades de Conservação (UCs) na região da Serra do Cipó, em Minas Gerais, vem apresentando grande crescimento, e é possível perceber a influência que a prática traz para o dinamismo da região (Chaves, 2017; Braga, 2011; Ferreira, 2010; Gontijo, 2003). Há uma preocupação com o desenvolvimento harmônico e integrado com relação às atividades turísticas ali existentes, para que as mesmas não prejudiquem a manutenção dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade, à diversidade sociocultural e aos conhecimentos tradicionais existentes, que podem ser afetados com um eventual crescimento desordenado do fluxo turístico na região.

Essa situação se torna mais recorrente e preocupante quando se trata de UCs de proteção integral, como é o caso dos parques, que além da complexidade da extensão e infraestrutura, possuem uma gama de atividades de uso público que são detalhadas nos Planos de Manejo (PM) das mesmas. Este instrumento de gestão contém a caracterização da área como um todo, tendo como base estabelecer o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, auxiliando diretamente na gestão das UCs, além de conter as possibilidades de atividades que eventualmente possam vir a ocorrer no local, como aquelas elencadas enquanto "uso público".

O ICMBio define uso público como sendo uma ferramenta de gestão da visitação em UCs, desde o planejamento, implementação de diferentes oportunidades de visitação e seu monitoramento e diferentes aspectos, seguindo as especificidades detalhadas em cada Plano de Manejo (ICMBio, 2016). Procura-se contemplar, assim, as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação na unidade de conservação (ICMBio, 2016, op.cit.).

Sendo assim, o uso público, enquanto questão central para os gestores, implica em descrever as características permitidas de visitação, dos atrativos, da infraestrutura utilizada, dos equipamentos e serviços turísticos existentes, entendendo que tal uso deverá ser orientado pelos princípios da sustentabilidade e da mitigação dos impactos negativos. Visto isto, entender mais sobre o uso público e suas permissões torna-se bastante importante para a realização de qualquer estudo ou planejamento de atividades nesses ambientes.

Buscando compreender mais de perto a gestão e o uso das UCs, e tendo em vista a crescente visitação aos parques, o presente trabalho tem como objetivo qualificar como as ações

do ecoturismo afetam as UCs que compõem o novo mosaico de UCs da Serra do Cipó³, avaliando principalmente as tendências pós-pandemia de COVID-19, quando a interação entre o homem e o meio se tornou mais significativa devido ao isolamento social. Para isso, o estudo se concentrou no uso das trilhas existentes utilizadas para a prática do ecoturismo.

Para que se tenha um olhar mais orientado, será comparado a gestão e uso público com foco nas trilhas de três parques que compõem o mosaico, sendo eles: Parque Nacional da Serra do Cipó (Parna Cipó tendo como foco a Travessia Alto Palácio-Serra dos Alves); Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) e o Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) sendo observado a Travessia Lapinha-Tabuleiro. Embora as três UCs apresentem-se consolidadas, elas enfrentam desafios distintos no que diz respeito ao controle do fluxo turístico, principalmente devido às suas diferentes gestões e estruturas de organização.

Ademais, será analisada a forma como cada UC descreve, em seu PM, as permissões relacionadas ao uso público das áreas, especificamente no contexto do ecoturismo, possibilitando que esta pesquisa sirva como base para um instrumento de gestão da atividade turística na região da Serra do Cipó. Busca-se compreender, também, como essa prática afeta tanto as UCs quanto as pessoas envolvidas, com o intuito de responder à pergunta central deste trabalho: “Considerando especialmente a tendência no cenário pós - pandêmico, a prática ecoturística nessa região ocorre de maneira sustentável?”, com base na epistemologia e nas diretrizes do segmento do ecoturismo.

Metodologia

O presente trabalho tem como área de estudos três Parques⁴ de diferentes esferas de gestão (Nacional, Estadual e Municipal) (Fig.1).

Os parques trabalhados nesta pesquisa fazem parte do novo mosaico de UCs da Serra do Cipó, localizado na porção Meridional da Serra do Espinhaço, situada na região central do estado de Minas Gerais. De acordo com Gontijo e Ferreira (2008), o Espinhaço Meridional surge como um grande divisor de biomas, comportando um mosaico fitofisionômico e

³ O Novo Mosaico é composto por 18 UCs, sendo elas: Parna Serra do Cipó, APA Morro da Pedreira, RPPN Aves Gerais, PE Serra do Intendente, PE Mata do Limoeiro, RPPN Alto do Palácio, RPPN Borges, RPPN Vale do Parauninha, MoNa Municipal da Serra da Ferrugem, PNM do Tabuleiro, PNM Salão de Pedras, APA Serra Talhada, APA do Rio Picão, APA Santo Antônio, PNM Alto Rio Tanque, APA do Itacuru, APA Córrego da Mata, PNM Mata da Tapera.

⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) a categoria parque é uma Unidade de Proteção Integral, a qual tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

florístico. A encosta oriental abriga a floresta estacional semidecidual, pertencente ao bioma da Mata Atlântica, já a borda ocidental é marcada pelo bioma do Cerrado.

Os parques trabalhados são:

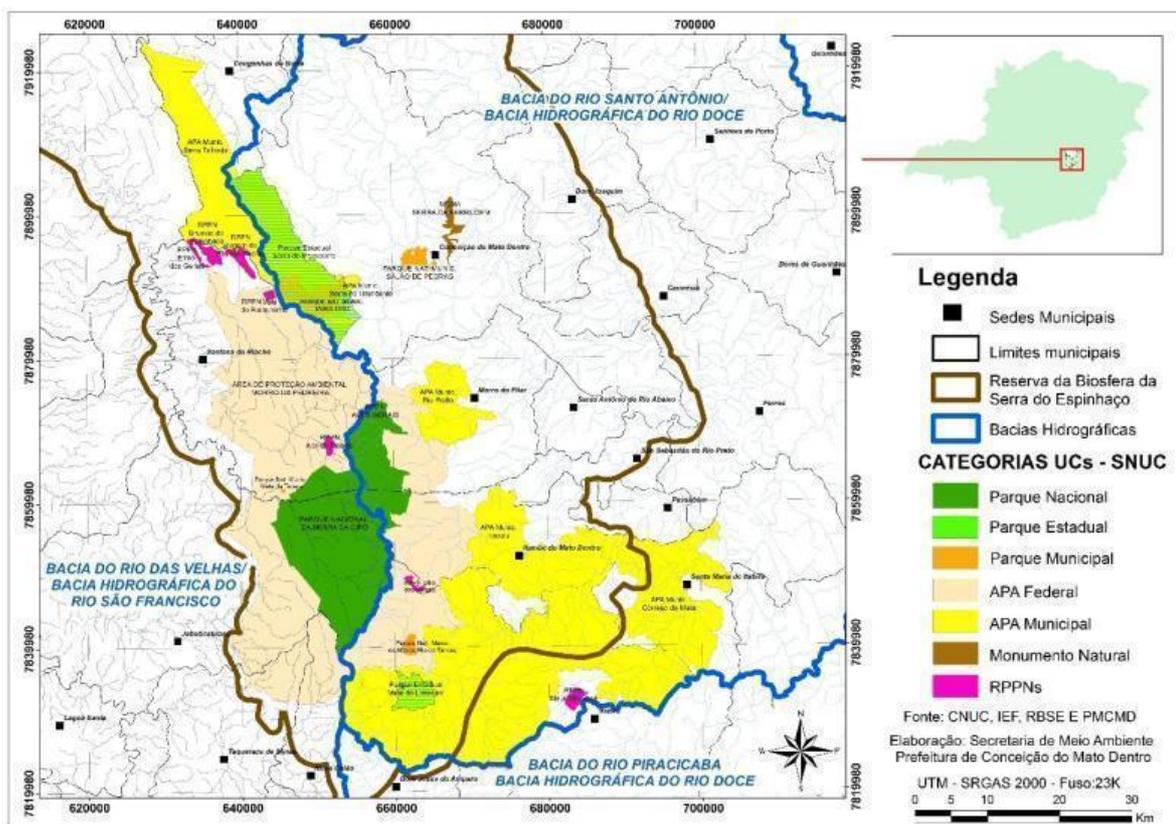
1. Parque Nacional da Serra do Cipó (PARNA Cipó) - ocupando uma área de 33.800 hectares, o território do Parque Nacional inclui áreas de quatro municípios - Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro. O parque é inteiramente circundado pela Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (fig.1). As justificativas apresentadas para criação do parque foram: 1. proteção da fauna e da flora; 2. proteção da bacia do rio Cipó; 3. preservação da beleza cênica (ICMBio, 2009, p.161).
2. Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) - o parque ocupa área de 13.508,83 hectares, inserido nos distritos de Tabuleiro e Itacolomi, no município de Conceição do Mato Dentro. Tendo como principal objetivo de criação a proteção da fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região; e criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de modo a conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural (IEF, 2016, p.617).
3. Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) - possui área de 3.150 hectares e abriga a cachoeira do Tabuleiro, a maior de Minas Gerais, com 273 metros de altura, símbolo do Ecoturismo em Minas Gerais, além das nascentes do Ribeirão do Campo. A área do PNMT é administrada pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro, em esforço de cogestão com a gerência do PESI. Seu principal objetivo é a preservação de ecossistema natural, símbolo do Ecoturismo em Minas Gerais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (IEF, 2016, p.44).

A escolha das unidades se deu pela proximidade com a capital mineira, e por serem unidades que possuem redes de trilhas bastante diversas, que podem ou não se conectar entre si, possuindo assim, diferentes percursos. Acrescente-se a isto o fato de apresentarem diferentes desafios de ordenamento devido aos diferentes fluxos turísticos que recebem.

A metodologia adotada neste estudo é de cunho descritivo e qualitativo, caracterizada por uma abordagem exploratória. A pesquisa envolveu análise dos planos de manejo dos parques, revisão de bibliografias complementares, além da análise do fluxo turístico nos

parques, através da coleta de dados quantitativos sobre a visitação, no período de 2019 a 2022, fornecida pelas UCs envolvidas (Parna Cipó e PNMT, que possuem pontos de controle de início e/ou de final do uso das trilhas utilizadas).

Fig. 1 - Mapa do Mosaico da Serra do Cipó



Fonte: CNUC, IEF, RBSE E PMCMD

Os métodos selecionados para esta pesquisa visaram compreender os desafios relacionados à gestão e ordenamento do fluxo de turistas nas trilhas presentes nas unidades, além de terem analisado como essas dificuldades afetam as áreas naturais.

Para fins desta pesquisa, foram coletados dados de visitação referentes a quatro anos, sendo eles: 2019, 2020, 2021 e 2022. O objetivo da escolha foi apresentar os dados mais recentes, os quais coincidem com os períodos imediatamente anterior e posterior à pandemia de COVID-19.

Com isso, foi definido que teríamos três períodos de observação do fluxo ecoturístico, sendo eles:

- Período Pré-Pandêmico, que abrange os dados de 2019;
- Período Pandêmico 2020;

- Período Pós-Pandêmico, que abrange o ano de 2022.

O ano de 2021 teve uma atenção especial, pois ele corresponde a um período considerado de transição, pois foi quando algumas atividades do setor turístico começaram a apresentar retomada, evidenciando um efeito transitório.

Os dados relativos ao PNMT foram elaborados e emitidos pelo Observatório de Turismo de Conceição do Mato Dentro (OTUR-CMD), e a tabela de dados específica do Parna Cipó foi enviada pela administração do mesmo (gestão do uso público).

Os comparativos de visitação contaram com a relação de visitação do Parna Cipó e do PNMT, sendo que, com relação ao PESI, embora integre o mosaico de UCs da Serra do Cipó e esteja incluído nesta pesquisa como parte do percurso de travessia Lapinha-Tabuleiro, não terá sua relação de visitação explorada. Esta decisão deve-se ao fato de que os dados de controle de visitação do PESI se entrelaçam com os do PNMT, uma vez que ambos reúnem a mesma sede administrativa, e respectivamente mesmos pontos de controle de visitantes.

Neste cenário foi possível verificar o fluxo turístico nestes períodos, proporcionando *insights* sobre os impactos da pandemia na visitação aos parques. A análise desses dados possibilitou avaliar se houve aumento ou redução na procura por essas áreas naturais após o período de isolamento social, fornecendo uma compreensão mais clara dos efeitos da pandemia no ecoturismo nestas UCs.

Revisão da Literatura

Diretrizes de visitação e uso público

O turismo em áreas protegidas tem características únicas que o tornam uma força potencialmente positiva para a conservação. O turismo, a recreação e o uso público estão intrinsecamente ligados a muitas áreas protegidas desde a sua concepção. Os visitantes se conectam, experimentam e aprendem sobre o patrimônio natural e cultural - tais experiências podem ser transformadoras para o crescimento e o bem-estar pessoal de um indivíduo, enquanto incutem um crescente senso de cuidado e propriedade no nível local (Walker & Chapman, 2003, p.71-86).

No entanto, a prática turística em áreas protegidas também pode ter uma variedade de impactos positivos e negativos. Os tipos de impactos são amplos e afetam os recursos da área protegida, as economias locais, as comunidades locais e os próprios turistas. Na tentativa de maximizar os impactos positivos do turismo, minimizando seus impactos negativos, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) criou as Diretrizes para Sustentabilidade,

que auxiliam no turismo e na gestão da visitação em áreas protegidas (Leung et al., 2019, p. 28).

O turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das UCs pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Por outro lado, traz o desafio de ser realizado de maneira harmônica e integrada para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade. A visitação em UCs também funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas.

As Diretrizes para Visitação em UC tem o objetivo de apresentar um conjunto de princípios, recomendações e práticas que visam ordenar a visitação nas unidades, desenvolvendo e adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo. (MMA, 2006, p.7).

A preparação dos parques para a visitação dos turistas é crucial e deve ser feita de forma adequada, com a oferta de uma infraestrutura de apoio e informações necessárias para garantir a segurança e a responsabilidade durante a visita turística, minimizando os impactos causados pela prática nestes ambientes. Por isso, é importante planejar atividades turísticas que estejam de acordo com as características únicas dos ambientes, e que estejam em conformidade com as regras de uso público permitidas pela unidade. Isso garantirá a preservação e a prática sustentável do turismo em áreas naturais protegidas.

Considerando o exposto anteriormente, as UCs envolvidas nesta pesquisa implementaram uma variedade de permissões para atividades, considerando os zoneamentos e a capacidade de suporte de cada área e atrativos, conforme demonstrado na tabela a seguir, a partir de dados obtidos junto ao IEF e ao ICMBio.

As diretrizes para visitação em UCs tem o objetivo de apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em UCs, desenvolvendo e adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo. Promover o turismo sustentável é gerenciar todos os recursos implicados na atividade turística, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Tab. 1 - O que dizem os planos de manejo

UCs de Proteção Integral - parques	Uso público de acordo com os PMs - visitas turísticas
Parque Nacional da Serra do Cipó - PARNA Cipó	Caminhadas, com roteiros curtos já estabelecidos, tendo acesso a diferentes atrativos: Circuito das Lagoas, Mirante do André Jack, Poço Azul, Roteiro Macaúbas, Trilha da Bocaina, Trilha Areias-Retiro, Córrego das Pedras, Circuito Canelas-de-ema-gigantes; Banho de cachoeira; Travessias (caminhadas longas); Escalada; Canoagem e Rafting; Deslocamento motorizado; Trilha de bicicleta.
Parque Estadual Serra do Intendente - PESI e Parque Natural Municipal do Tabuleiro - PNMT	Atividades com pouca ou nenhuma restrição de acessibilidade e atividades de interesse específico, como práticas esportivas que utilizam equipamentos apropriados e que demandam técnica e conhecimento, como: caminhada; caminho de longo curso (travessia); rapel; canionismo; escalada; slackline; base jump; mountain bike; cavalgada; trilhas de moto e veículos 4x4.

Fonte: Planos de Manejo - Parna do Cipó e do PESI e PNMT.

Na tentativa de entender um pouco mais o que seria o “turismo sustentável”, é pertinente primeiramente compreender o que seria ser sustentável, ou melhor, como é compreendido o termo sustentabilidade, que é *sine qua non* para que se alcance o Desenvolvimento Sustentável, que é base para o dito turismo sustentável. Para Spangenberg e Bonniot (1998, p.34), “a sustentabilidade por definição é uma complexa e ambiciosa meta motivadora de definição de políticas, compreendendo critérios ambientais, econômicos e sociais, equitativamente importantes para uma sociedade sustentável”. Nesse sentido, a sustentabilidade é entendida como um conjunto de princípios funcionais dos sistemas, permitindo definir o desenvolvimento sustentável como uma opção social que inclui objetivos múltiplos, segundo determinadas escalas de valores e contextos variáveis que vão transformando o tempo e se retroalimentam permanentemente (Spangenberg & Bonniot, 1998).

Mas trazendo a temática para o turismo em si, o que significa um Turismo ser Sustentável? Turismo Sustentável e Ecoturismo são sinônimos? Quais as causas que fizeram com que o paradigma da sustentabilidade alcançasse o setor do turismo? Quais foram suas influências e consequências? Essas foram algumas das perguntas feitas por Körössy (2008) ao tentar compreender um pouco mais sobre a temática, e são as mesmas perguntas que tendem a levar este trabalho em direção à pergunta norteadora da pesquisa.

Aproximando ao conceito de turismo sustentável, percebe-se que o mesmo é derivado de Desenvolvimento Sustentável popularizado pelo Relatório Brundtland em 1987 (Saarinen, 2006; UNWTO, 2005; Hardy & Beeton, 2001; Tosun, 1998). De acordo com Bell e Morse

(2000), nem mesmo a ampla gama de definições acerca do que é desenvolvimento sustentável foi capaz de reduzir a popularidade do conceito, de modo que, segundo Sadler (1999), o paradigma transformou-se no grande tema, e tem sido aplicado em todos os campos da atividade econômica (Farsari & Prastacos, 2000). Contudo, o entendimento do que vem a ser turismo sustentável passa necessariamente pelo entendimento do que é o desenvolvimento sustentável que, por sua vez, está em estreita associação com a emergência das preocupações relativas ao meio ambiente (Guattari, 1990).

Assim, tal como Swarbrooke (2000), pode-se dizer que o conceito de turismo sustentável é o ápice de um amadurecimento teórico que tem início na década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa, com as primeiras preocupações com a gestão de visitantes, podendo aí ser incluídos os visitantes de áreas protegidas.

Percebe-se que tudo que é recomendado enquadra-se muito mais com o turismo sustentável do que o dito ecoturismo. Mas o que seria de fato o ecoturismo? Seria o sinônimo do turismo sustentável? O termo ecoturismo é utilizado como uma forma de chamar atenção para o destino. Nesse sentido, o ecoturismo significa o turismo em contato com a natureza (Swarbrooke, 2000, p.78) não necessariamente tem a ver com a sustentabilidade. A sustentabilidade de uma prática turística está relacionada com o atendimento aos critérios de justiça social, crescimento econômico e proteção do patrimônio natural.

O desenvolvimento e o rápido crescimento do ecoturismo têm suas origens na insatisfação gerada pelo turismo convencional, também conhecido como turismo de massa. O ecoturismo é uma modalidade do turismo que se baseia nos princípios do desenvolvimento sustentável, que incluem comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica. Além disso, o ecoturismo considera o ambiente em todas as suas dimensões - natural, econômica, social e cultural (Faria & Carneiro, 2001).

Conceituando o termo ecoturismo, segundo o Ministério do Turismo (Mtur, 2010, p.17), o mesmo “é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

Para planejar e gerenciar o ecoturismo em áreas protegidas é fundamental compreender o perfil, as lembranças, as motivações, as expectativas, as atitudes, os valores e as condutas dos turistas que visitam a região. Quando controlado, o ecoturismo pode ser uma ferramenta importante para a preservação, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais (Campos, 2010).

Contudo, nos últimos anos, com a crescente prática do ecoturismo, a atividade passou a ser bastante comercializada, sendo visto como uma atividade que está na “moda”, ganhando assim um outro caráter, deixando de ser uma prática de “fuga” como é sugerido por alguns autores como Ruschmann (2000) e Luchiari (1999), passando a ser um “produto massificado mercantilizado, perdendo sua característica de prática sustentável, que proporciona a conexão homem-natureza de forma harmônica” (Mendes Júnior & Ferreira, 2010, p. 371).

Observando como o mercado do turismo atualmente promove a prática, é possível perceber diversas problemáticas, nas quais a atividade turística realizada na natureza e/ou com o aspecto de aventura são comercializadas/vendidas como ecoturismo. As mesmas fazem uso das situações naturais, fazendo uso de montanhas, trilhas, UCs, rios, formações rochosas, entre outros, sendo visto apenas como um cenário que é natural, não tendo a contemplação e a imersão no ambiente como objetivo.

Nesta perspectiva, se difere totalmente do ideal do que seria o ecoturismo, uma vez que, segundo Coriolano (2003), na prática ecoturística “deve haver, além da conservação, essa proteção o que equivale a apenas contemplar e observar a natureza” (p. 124). Sendo assim, a forma em que hoje a prática é comercializada atende apenas às demandas do mercado, visando apenas ao modismo, se tornando um instrumento que não serve aos propósitos da conservação ambiental e do desenvolvimento social, “pois encerra em si a contradição de reproduzir o modelo de desenvolvimento que produz as desordens socioambientais que se deseja solucionar” (Mendes Júnior & Ferreira, 2010, p. 379) .

Uma maneira de mitigar os impactos gerados por essa nova tendência é implementar uma gestão eficaz nos parques, fundamentada no planejamento turístico, baseado no ordenamento turístico de cada UC. Isso busca reduzir os impactos provocados pelo fluxo turístico em áreas específicas, incluindo atrativos e trilhas.

Em uma conceitualização inicial, o ordenamento turístico se refere a um conjunto de políticas e estruturas institucionais que visam regular e organizar as atividades relacionadas ao turismo. Essas políticas têm como objetivo principal identificar e determinar áreas, produtos ou transações como turísticas dentro de um sistema específico de produção, integrando-as e dando-lhes significado em um contexto físico, social e econômico determinado. Sendo assim, o mesmo seria um conjunto de medidas adotadas para estabelecer uma organização eficiente e coerente das atividades turísticas, garantindo sua harmonia com o ambiente e as comunidades locais, bem como seu potencial econômico.

Trazendo a temática para o estudo de caso trabalhado nesta pesquisa, o ordenamento turístico entra como uma forma de minimizar os impactos que a prática ecoturística traz para a

área e para a região afetada. O controle de visitação e o uso da perspectiva ilusória da capacidade de carga, são fatores que auxiliam na gestão deste ordenamento turístico em áreas naturais.

Na seção seguinte, será apresentado o comparativo das trilhas e travessias utilizadas para o ecoturismo nos parques analisados, juntamente com o fluxo turístico que cada UC recebe, com base no recorte temporal mencionado.

Resultados e discussão

Comparativo da estrutura das UCs e das trilhas

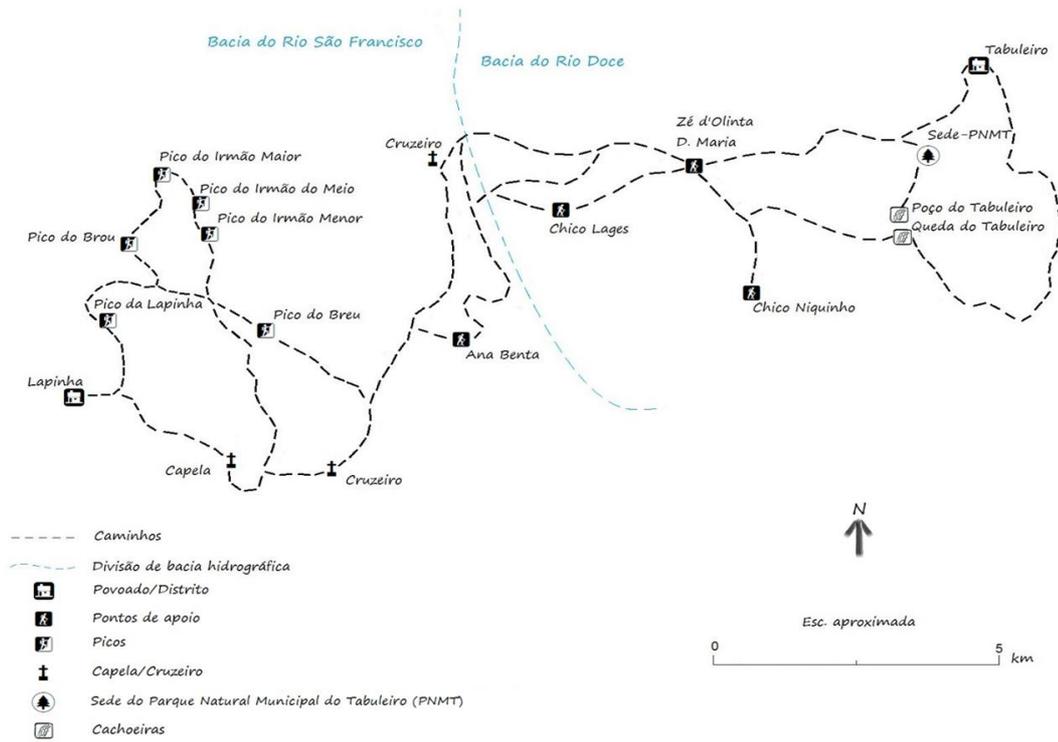
PESI e PNMT

Tanto o Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) quanto o Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) possuem uma ampla rede de trilhas que conduzem aos principais pontos turísticos. Portanto, a abertura de novas trilhas requer estudos e planejamento eficiente, considerando tanto o gerenciamento das visitas quanto os possíveis impactos ambientais e sociais. Em alguns casos, mesmo os acessos tradicionais e amplamente conhecidos podem necessitar de uma análise para determinar um novo traçado, que inclua o uso de estruturas e materiais que proporcionem uma visita mais segura, com maior valor agregado e menor impacto ambiental.

Uma das redes de trilhas mais conhecidas, que conectam os dois parques e que atrai um grande fluxo turístico, é a rede de trilhas que engloba a travessia Lapinha Tabuleiro (Fig. 2).

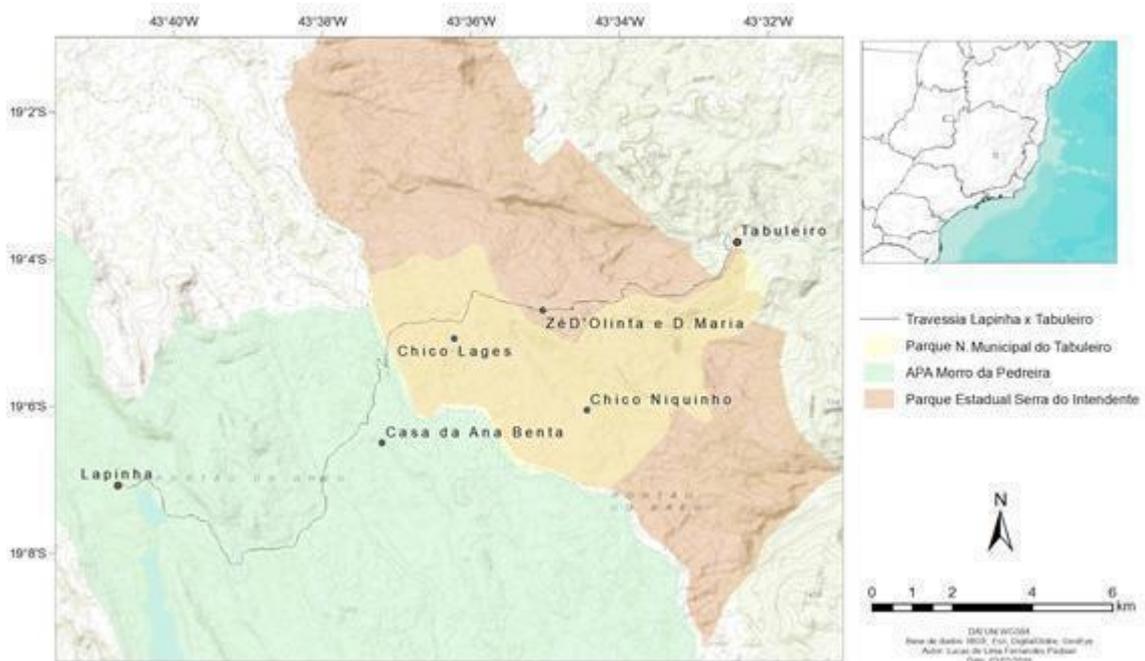
A experiência da travessia proporciona o entrelace de diferentes caminhos. Para Padoan (2017), “são várias possibilidades de caminhos a serem percorridos, inúmeras possibilidades de atravessar as serras que separam Lapinha de Tabuleiro e, em decorrência dessa variedade, são inúmeros os espaços passíveis de serem vividos e experienciados” (p.21). No entanto, tem um percurso clássico da travessia, que possibilita a vivência em parte das trilhas dos parques que compõem a travessia Lapinha-Tabuleiro (Fig.3).

Fig. 2 - Rede de trilhas que engloba a travessia Lapinha- Tabuleiro



Fonte: Padoan, 2017

Fig. 3 - Travessia Lapinha Tabuleiro (Clássica)



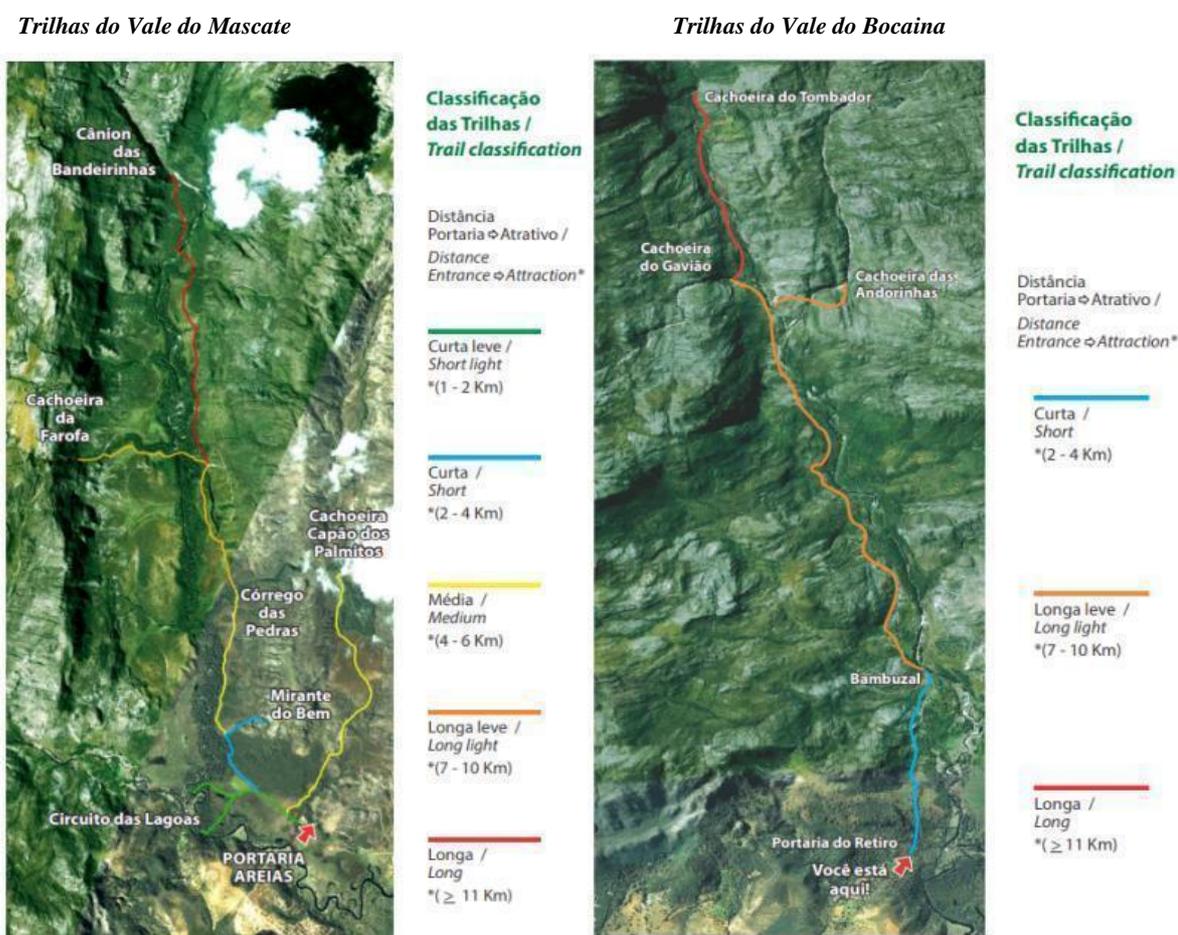
Fonte: Padoan, 2017

Parna Cipó

O Parna Cipó possui hoje três entradas oficiais: Alto Palácio, Retiro e Areias. No entanto, apenas a portaria do Alto Palácio em Morro do Pilar e a das Areias em Santana do Riacho estão funcionando. Mesmo apesar destas duas entradas, há quem acessa a rede de trilhas por outros locais, de forma irregular.

A portaria das Areias dá acesso às principais trilhas e atrativos presentes na parte baixa (Santana do Riacho) do parque, dando acesso às trilhas do Vale do Mascate e do Vale da Bocaina (Fig. 4), que tem em seu trajeto os atrativos mais conhecidos do parque, a saber, Cachoeira da Farofa, Capão dos Palmitos, Cânion das Bandeirinhas, Circuito das Lagoas, Mirante do Bem, entre outros.

Fig. 4 - Trilhas de acesso pela portaria da Areia

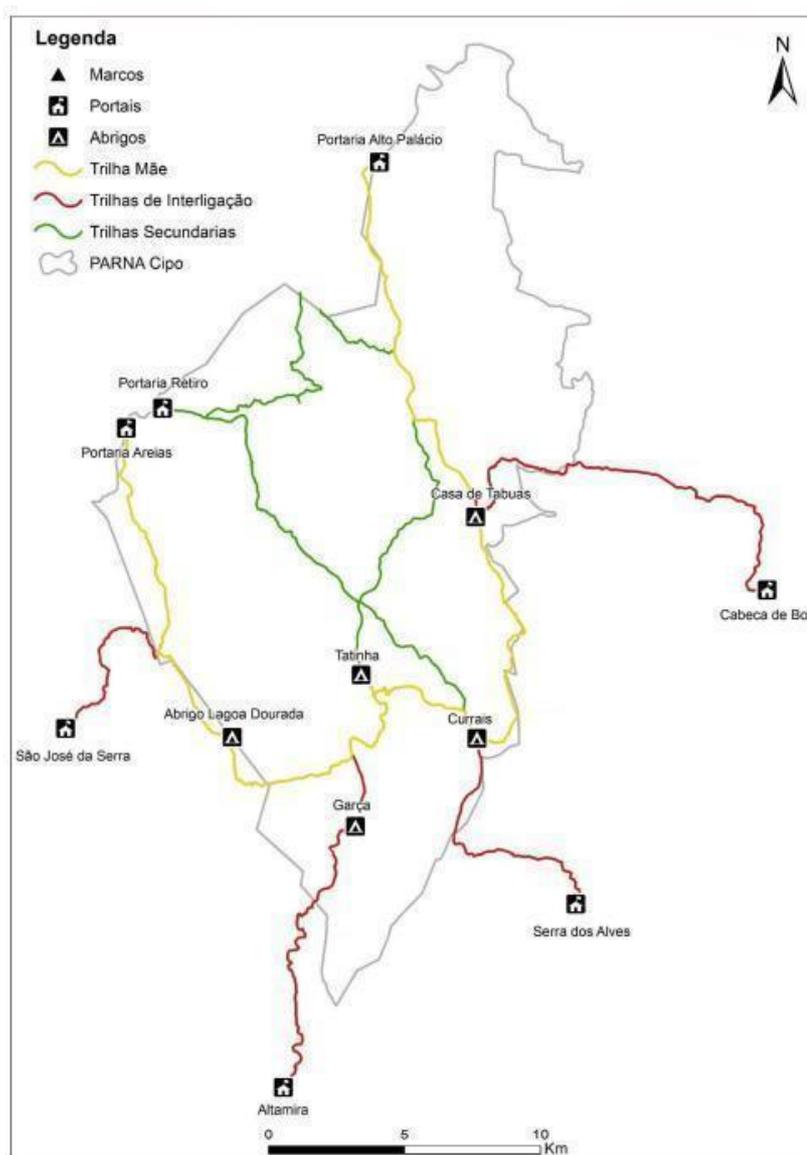


Fonte: Cardápio de atrativos, Parna Cipó, 2013

Contudo, o Parna não tem apenas trilhas que ligam até os atrativos, trilhas essas relativamente curtas. Uma das ações que têm sido estimuladas em tempos recentes pela gestão do ICMBio, no Parna Cipó, é o planejamento, implantação e implementação das travessias,

estas entendidas como “atividade recreativa de caminhada de longa distância em ambientes naturais, com a possibilidade de pernoites durante o seu percurso, feito de ponto a ponto ou mesmo roteiros circulares” (ICMBio, 2015), visto que o parque possui uma gama de trilhas que podem se tornar travessias (Fig. 5).

Fig. 5 - Mapa de travessias do Cipó



Fonte: Projeto Piloto Travessias do Parna Cipó, 2019

O acesso à rede de trilhas mais direcionadas às travessias, em sua grande maioria, tem como ponto de acesso a portaria do Alto Palácio. As possíveis travessias existentes no Parna se conectam entre si, tendo como trilha principal (trilha mãe) aquela que conecta as duas portarias, Alto Palácio à Areias (e vice-versa), são quatro trilhas que interligam a pontos de extremos do parque, e algumas secundárias que funcionam como atalhos para o percurso.

Das travessias existentes no Parna Cipó, existe apenas uma travessia que está oficialmente implantada, sendo esta denominada Alto Palácio – Serra do Alves, com cerca de

de 40 km, que é percorrida a pé ao longo de três dias, havendo duas pernoites, em abrigos de montanha que, assim como os caminhos percorridos, historicamente foram construídos e utilizados pelos antigos moradores da serra como abrigo temporário para atividades campesinas de criação de gado e deslocamentos (Sancho, 2016). Contudo, não é a única travessia existente no Cipó, sendo apenas uma das várias trilhas que fazem parte do Projeto de Travessia do Parna do Cipó. Além dela, outra que se destaca é a rede de trilhas que compõem a travessia Alto Palácio - Cabeça de Boi.

A tabela 2 apresenta o comparativo da gestão e estrutura das travessias citadas acima, que estão consagradas com o uso ecoturístico na região da Serra do Cipó (Gontijo et al., 2021; ICMBio, 2018).

Tab. 2 - Comparativo das travessias

INDICADORES	TRAVESSIAS	
	Lapinha - Tabuleiro	Alto Palácio - Serra dos Alves
UCs que compõem	APA Morro da Pedreira; PE da Serra do intendente; PNM do Tabuleiro.	Parna Serra do Cipó
Gestão	IEF Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Conceição do Mato Dentro	ICMBio
Localidade	Início - Vila de Lapinha da Serra (Santana do Riacho) Término - Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro)	Início - Alto Palácio / Morro do Pilar Término - Vila de Serra dos Alves (Itabira)
Quilometragem do percurso	20 a 45 km	40 km
Duração do percurso	2 a 3 dias	3 dias
Quantidade de pontos de apoio (oficiais)	4 possíveis pontos de apoio: Casa da Ana Benta; Chico Lages; Zé d'Olinda e Dona Maria; Chico Niquinho.	2 pontos de apoio: Currais; Casa Tábuas
O ponto de apoio é de morador (residente)	Sim	Não
Nível de dificuldade	Moderado	Moderado
Sinalização	Pouca	Pouca

Fluxo ecoturístico de cada unidade

O estudo realizado por Balmford et al. (2015) indica que aproximadamente 8 bilhões de pessoas visitam áreas protegidas em todo o mundo a cada ano. Este fluxo pode estar relacionado à evolução do ecoturismo, impulsionado pela grande movimentação dos centros urbanos, que tem levado as pessoas a uma “busca pelo verde”, na tentativa de assim recuperar o equilíbrio com a natureza (Ruschmann, 2016). É sabido que o contato com os ambientes naturais favorece o bem-estar e proporciona a diminuição do estresse e dos desgastes cotidianos (Silva-Melo et al., 2020).

O Parna Cipó, neste sentido, atrai um número significativo de visitantes, e essa declaração pode ser respaldada pelos dados apresentados no gráfico 1, posto que tal estimativa foi realizada levando em consideração os últimos quatro anos e indicam uma média de 60 mil visitantes anuais (Tab. 3). Esse número abrange tanto visitantes turísticos quanto aqueles que visitam o parque para fins educacionais e de pesquisa.

É importante ressaltar que a visitação com foco no ecoturismo representa a maior parcela dentro dos dados analisados.

Tab. 3 - Quantitativo turístico por ano (2019-2022)

Período	Ano(s)	Uso Público			
		Ensino	Pesquisa	Turismo*	TOTAL
Pré-Pandêmico	2019	539	511	90.570	91.620
Pandêmico	2020	362	16	17.563	17.931
Transição	2021	0	55	55.808	55.863
Pós-Pandêmico	2022	0	21	73.508	73.529

Fonte: Parna Cipó, 2013

*Os dados do Turismo são o somatório do quantitativo das três portarias e da travessia.

Graf. 1 - Visitação mês a mês (2019-2022)

VISITANTES: MENSAIS



Fonte: Boletim Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro - MG (2023)
Boletim Maio/2023 (atualizado em 05/06/2023).

Os dados apresentados acima foram categorizados de acordo com períodos pré-estabelecidos, sendo que neles é possível perceber o que seria o fluxo normal de visitação do parque (anterior à pandemia), no caso representado pelos dados de 2019 (pré-pandêmico), que revelam um alto fluxo de turistas no mesmo, como demonstrado na tabela 3.

Durante o período de pandemia, em 2020, devido ao fechamento dos parques e às medidas de isolamento social, houve uma redução significativa no número de visitantes. No entanto, mesmo com esse cenário, aproximadamente 17 mil pessoas foram registradas no parque. É importante ressaltar que essa quantidade corresponde ao período anterior ao início do isolamento social em março de 2020, bem como ao período de flexibilização das restrições, que ocorreu entre outubro e dezembro de 2020. O gráfico 1 ilustra essas duas situações, mostrando uma redução acentuada no número de visitantes (chegando a zero) durante o período de restrição, seguida de um aumento gradual a partir de outubro.

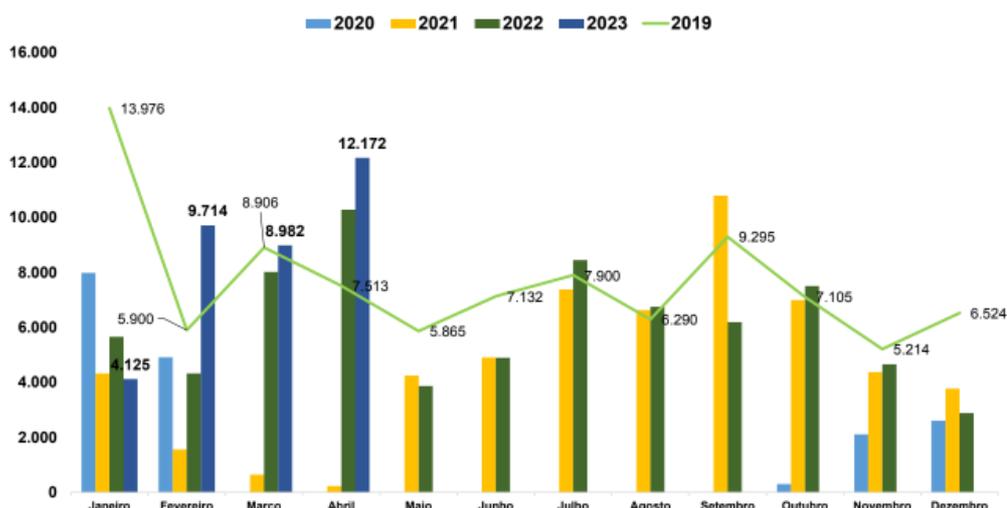
Ao analisar as recentes amostras de dados, que abrangem os quatro primeiros meses de 2023, fica evidente um aumento significativo no fluxo turístico na UC, conforme ilustrado no gráfico 2. Isso indica que a atividade turística está retornando a uma espécie de "normalidade" pós-pandêmica.

Além disso, é possível inferir que o período de isolamento social ocorrido em 2020/2021 teve um impacto notável nesse fluxo de visitantes. Essa mudança pode indicar uma nova

tendência para o setor do turismo, uma vez que o crescimento observado agora é maior do que no período pré-pandêmico.

Graf. 2 - Visitação mês a mês (2019-2023)

VISITANTES: MENSAIS – PARNA CIPÓ



Fonte: Boletim Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro - MG (2023)
Boletim Maio/2023 (atualizado em 05/06/2023).

Os gráficos apresentados não fornecem informações específicas sobre o tipo de uso das trilhas. De acordo com os dados analisados e apresentados na tabela 4, a quantidade de pessoas que visitam o parque com o propósito de realizar travessias não é tão significativa em comparação com aquelas que utilizam a rede de trilhas para caminhadas mais curtas, com foco nos atrativos geonaturais presentes no parque.

Tab. 4 - Quantitativo do uso da rede de trilhas por ano (2019-2022)

Ano	Uso da Rede de Trilhas		
	Caminhada curta até atrativos (Trilhas de curto percurso)	Travessias (trilhas de longo percurso)	TOTAL
2019	89.113	1.457	90.570
2020	17.301	262	17.563
2021	53.777	2.031	55.863
2022	72.361	1.147	73.529

Fonte: Parna Cipó

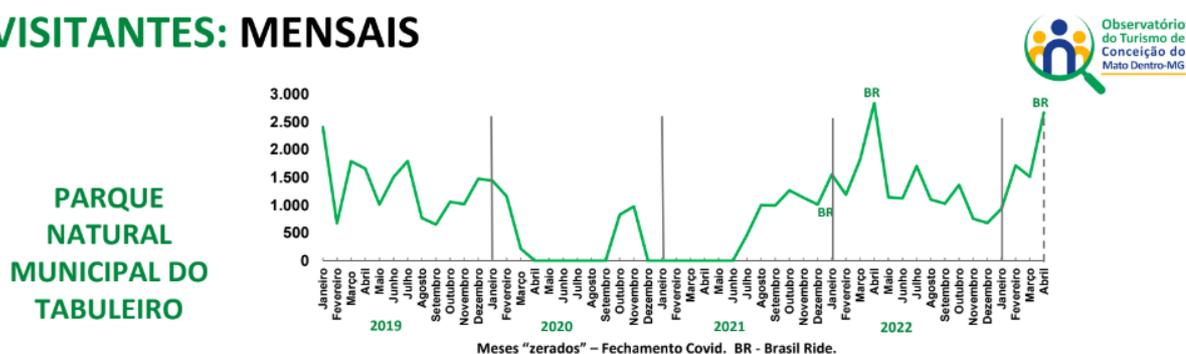
*Caminhada curta até atrativos é resultado do somatório do quantitativo das portarias Areia e Retiro.

Com base nessas informações, podemos inferir que, apesar da criação e expansão das redes de trilhas de longa distância no Parque Nacional da Serra do Cipó, o fluxo turístico direcionado às trilhas mais curtas, que se concentram nos atrativos específicos, é mais procurado do que as trilhas de longo percurso. Isso sugere que nem todos os ecoturistas estão dispostos a se aventurar em caminhadas mais extensas.

Quando observados os dados de visitação do PNMT (Graf. 3), podemos verificar uma tendência semelhante ao do Parna, mas em menor fluxo, que pode ser justificado pela maior popularidade do Parna Cipó.

Graf. 3 - Visitação mês a mês - PNMT (2019-2022)

VISITANTES: MENSAIS



Fonte: Boletim Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro - MG (2023)
Boletim Maio/2023 (atualizado em 05/06/2023).

Assim como nos gráficos representativos do Parna, é possível visualizar as quedas do fluxo e o aumento crescente a partir da diminuição das restrições da pandemia.

No período pré-pandêmico, já era perceptível algumas flutuações nas visitas, sendo que podemos concluir que isso pode ser atribuído ao período chuvoso, quando o volume das cachoeiras aumenta consideravelmente, levando a algumas restrições e até mesmo ao fechamento do parque como medida de segurança para os turistas.

Durante a fase de transição da pandemia, que compreendeu o período de 2021 e o início de 2022, quando as visitas foram retomadas, foi estabelecido um limite de capacidade de carga para garantir o distanciamento social sem prejudicar a experiência turística.

A gestão do parque, como medida de tentar manter as restrições de segurança devido a COVID-19, determinou que, nesse período, o parque receberia um máximo de 450 visitantes por dia, sendo que no principal atrativo, a Cachoeira do Tabuleiro, teria um limite diário de 250 pessoas. Ao analisar o gráfico anterior, é possível inferir que essa fase teve início em julho de 2021.

Na fase atual, que corresponde ao período pós-pandêmico, podemos constatar um ressurgimento das atividades turísticas. Embora não tão intenso quanto o Parna Cipó, mas com um fluxo turístico que está mostrando um crescimento notável (Tab. 5), até mesmo mais expressivo do que no período pré-pandêmico (2019), conforme evidenciado no gráfico 4, que abrange dados de 2019 a abril de 2023.

Tab. 5 - Quantitativo turístico por ano (2019-2022)

Período	Ano(s)	Uso da rede de trilhas Travessia Lapinha- Tabuleiro
Pré-pandêmico	2019	aprox. 2000 pessoas
Pandêmico	2020	0*
Transição	2021	1046 pessoas
Pós – pandêmico	2022	2705 pessoas
Pós - pandêmico (tendência)	2023/1**	9503 pessoas

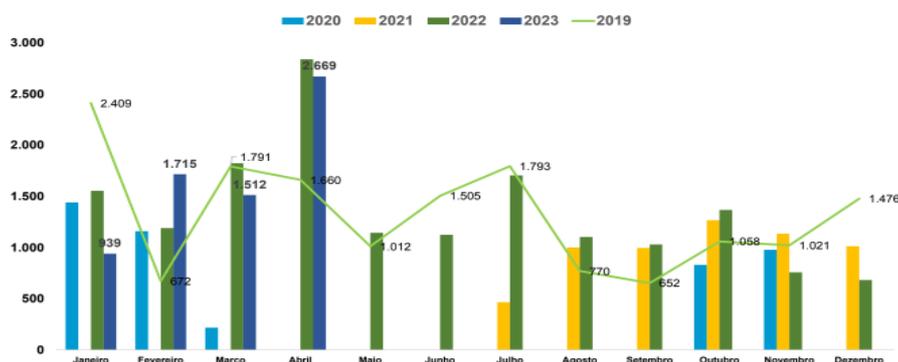
Fonte: PNMT

* fechado o ano todo pela COVID

** 2023/1 - primeiro semestre de 2023.

Graf. 4 - Visitação mês a mês (2019-2023)

VISITANTES: MENSIS – PNM TABULEIRO



Fonte: Boletim Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro - MG (2023)
Boletim Maio/2023 (atualizado em 05/06/2023).

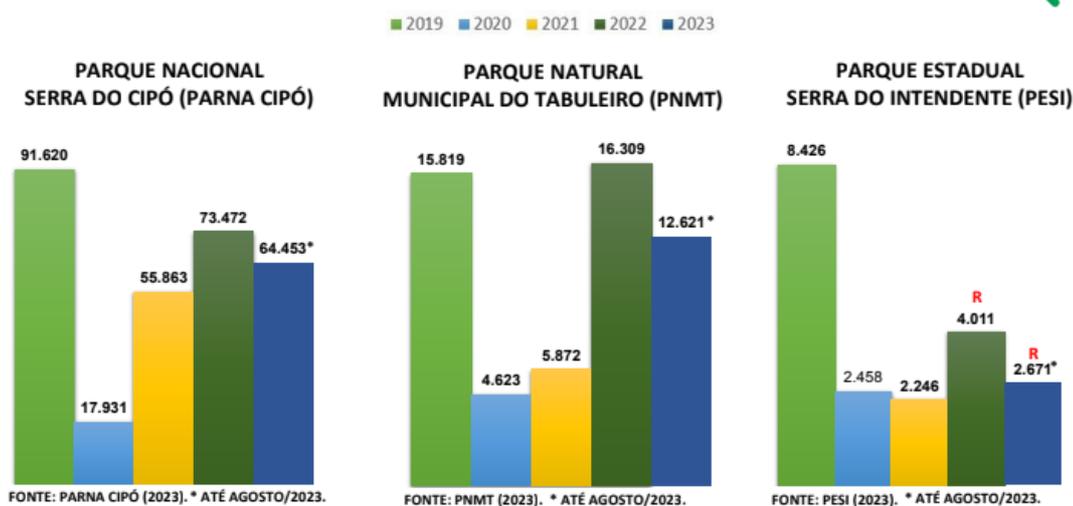
A tabela 5 demonstra os registros realizados para uso das trilhas para a travessia, indo além dos acessos ao parque, para a realização de outros usos públicos do parque, como é demonstrado no gráfico 4.

O aumento no fluxo de visitação após 2022, principalmente quando comparado com o ano de 2019, nos faz refletir sobre como a pandemia de COVID-19 intensificou consideravelmente esse cenário de incerteza e provocou mudanças rápidas no estilo de vida, nas relações de trabalho e nas formas de interação com o mundo. Sendo assim, a pandemia mudou o censo de urgência e ampliou a visão das pessoas sobre as consequências de certas posturas e estilos de vida (Instituto Semeia, 2022, p. 38), e podemos inferir essa atitude com o aumento no quantitativo de visitação, e na tendência apresentada pelos dados expostos do primeiro semestre de 2023 (Tab. 5).

Por fim, para efeito comparativo, o gráfico a seguir apresenta, de maneira quantitativa, os dados totais de visitas por ano (Graf. 5), revelando o aumento no fluxo turístico e permitindo observar que o uso dos parques para lazer e recreação está sendo retomado. Isto reafirma o que foi apontado pelo Ruschmann (2016) e colocado pelo Instituto Semeia (2022) sobre os impactos da pandemia no aumento do fluxo de visitação nos parques.

Graf. 5 - Comparativo de Visitação (2019-2023)

VISITANTES: ANUAIS



Observação: sempre que possível, este boletim adotará como ano-base de referência 2019 - último ano com dados completos antes do período da pandemia da COVID-19.
^R - Dado provavelmente subdimensionado por falha durante o registro.

Fonte: Boletim Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro - MG (2023)
 Boletim Setembro/2023 (atualizado em 05/09/2023).

Considerações finais

Segundo Gontijo (2003), "estamos chegando ao ponto de partida de nossa investigação, nesse momento em que nos perguntamos se essa invasão turística pode se sustentar ou se ela está fadada a destruir o que a Serra tem de mais belo" (p. 73).

Diante do cenário atual, com base nas referências, dados e até mesmo da tendência turística, surge uma grande incógnita: até que ponto podemos considerar que estamos seguindo uma abordagem sustentável? Afinal, a sustentabilidade é fundamental, mas quando ela é perdida e a degradação se instala? Será que estamos testemunhando um novo estágio com um novo cenário do Turismo de Massa?

Essas perguntas nos levam a refletir sobre a maneira como o turismo está sendo cuidado e suas possíveis consequências. Afinal, o turismo em áreas protegidas, em especial o ecoturismo, é considerado uma ferramenta eficaz na conservação do ambiente natural (Menegasso et al., 2021, p.23).

Entretanto, é crucial avaliar se os princípios de sustentabilidade estão sendo devidamente aplicados e se estamos adotando práticas que respeitam o meio ambiente e a conservação das áreas visitadas. Caso contrário, corremos o risco de entrar em um novo estágio em que o turismo se torna predatório, com efeitos negativos influenciando na sua prática.

Então, as perguntas que ficam são: o turismo pode ser sustentável? Nos espaços em tela, analisados nesta pesquisa, ocorre de forma sustentável?

Ao conduzir a pesquisa, através da percepção de alguns autores, nota-se que existe, de fato, a possibilidade do turismo ser uma atividade sustentável, tendo o segmento ecoturístico bem desenvolvido, influenciando de maneira positiva o espaço no qual ele está ocupando (Menegasso et al., 2021; Swarbrooke, 2000; Guattari, 1990). No entanto, a grande questão reside em determinar até que ponto essa atividade se mantém verdadeiramente sustentável, seguindo o tripé da sustentabilidade - ambientalmente responsável, economicamente viável e socialmente justo (Elkington, 1994).

É de conhecimento geral que o turismo, quando não é realizado de forma sustentável, pode causar danos ao meio ambiente e prejudicar a cultura e a economia das comunidades locais. Em alguns casos, esses efeitos negativos podem ser tão graves que se tornam irreversíveis, especialmente quando relacionados à natureza. Gontijo (2003) traz essa discussão com relação às duas comunidades/vilarejos com maior fluxo turístico na região estudada, localidades essas que muitas das vezes são os pontos de partida para o "início da prática ecoturística":

Espelho do que vem ocorrendo na Serra do Cipó, Lapinha está a meio caminho entre a franca atividade turística que já se instalou em Cardeal Mota e a existência de locais, na mesma serra, ainda de difícil acesso, com grande patrimônio ambiental (e, portanto, potencial turístico) mas que seguem como lugares ermos e quase inacessíveis enquanto alvo turístico tradicional. Lapinha recebe um misto de turistas preocupados com a salvaguarda do lugar e outros nem tão preocupados assim, mas que acreditam que, ao estabelecer um contato mais íntimo com a Serra, são ecoturistas de primeira linha. (Gontijo, 2003, p.7).

Falar sobre os efeitos do turismo em Cardeal Mota, hoje conhecida como Distrito da Serra do Cipó, e sobre Lapinha da Serra, é bastante complexo, visto que foram e são duas comunidades pequenas que devido ao turismo se alteram, incorporando vários elementos do *trade* turístico⁵. Neste sentido, suas características originais foram deixadas de lado praticamente por completo e isso para atender uma demanda, ou melhor, uma necessidade decorrente do fenômeno do turismo, a saber, a de alteração da paisagem para que o local se torne atrativo para os turistas, muitas vezes desconsiderando toda a existência da comunidade local e focando apenas os desejos e necessidades do turista.

Analisando, assim, o que se passa nas localidades selecionadas como estudo de caso, podemos inferir que o desenvolvimento da atividade turística não está ocorrendo de maneira sustentável, uma vez que tal prática tem influenciado na dinâmica da região, que passa a ser vista apenas como um cenário desprovido de essência, ou quanto aos pressupostos da "alma do lugar" como Yázigi (2001) apontou. Essas considerações vão além dos vilarejos que recebem este fluxo ecoturístico, hoje vias de passagem dos ecoturistas, mas que também são consideradas atrativos turísticos.

Então, voltamos ao início, na tentativa de responder a pergunta norteadora desta pesquisa: “Considerando especialmente a tendência no cenário pós - pandêmico, a prática ecoturística nessa região ocorre de maneira sustentável?”

Ao contemplarmos a prática do ecoturismo na região como um todo, examinando tanto os vilarejos envolvidos quanto as UCs selecionadas, torna-se praticamente impossível afirmar que ela ocorre de maneira sustentável, principalmente observando a influência do que o fluxo que os parques recebem traz para os vilarejos receptores, que seguem perdendo suas características na tentativa de se adaptarem ao turismo.

⁵ Refere-se ao conjunto de atividades econômicas relacionadas à indústria do turismo. Essas atividades envolvem a oferta e a demanda de produtos e serviços turísticos, como transporte, hospedagem, alimentação, atrações turísticas, entretenimento, agências de viagens, operadoras turísticas e outros serviços correlatos (Robinson et al., 2020).

Analisando as tendências deste cenário pós-pandêmico, pode-se inferir que essa influência pode aumentar ainda mais, tendo em vista os dados de visitação apresentadas pelos parques investigados, como demonstrado no gráfico 5 (OTUR-CMD, 2023). Essa crescente demanda pode ter repercussões além do turismo, potencialmente afetando os vilarejos, com problemas relativos à especulação imobiliária, pressão populacional, segurança, infra-estrutura insuficiente, degradação ambiental e destinação de resíduos sólidos, para nos atermos aos que já se fazem notar. Muitas localidades, como Lapinha da Serra, Tabuleiro e Serra dos Alves, já estão lidando com o aumento da procura por áreas naturais, à medida que indivíduos buscam um estilo de vida mais conectado com a natureza, na esperança de restaurar um equilíbrio perdido (Ruschmann, 2016), situação que está aumentando após a pandemia de COVID-19 (Alves, 2021).

No entanto, é imprescindível destacar que a região possui um imenso potencial para o ecoturismo. Portanto, é preciso que a gestão do mesmo seja feita adequadamente, como uma prática sustentável, promovendo desenvolvimento da região, trazendo benefícios para as populações locais ali situadas, e contribuindo para a conservação e preservação das áreas protegidas encontradas ali, seguindo o que é disposto no tripé da sustentabilidade.

Referências

- Alves, L. (2021). Expansão imobiliária ameaça o distrito de Serra do Cipó | O TEMPO. Recuperado de <https://www.otempo.com.br/cidades/expansao-imobiliaria-ameaca-o-distrito-de-serra-do-cipo-1.2449229>
- Balmford, A., Green, J. M. H., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., Walpole, M., & Manica, A. (2015). Walk on the Wild Side: Estimating the global magnitude of visits to protected areas. *Plos Biology*, 13(2). [10.1371/journal.pbio.1002074](https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002074)
- Braga, S. S. (2011). *A região da Serra do Cipó: Complexidade, tempo e turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) IGC, UFMG.
- Bell, S., & Morse, S. (2000). *Sustainability indicators: Measuring the immeasurable*. Earthscan: London.
- Campos, R. F. (2010). *Perfil, percepção ambiental e qualidade da experiência dos visitantes da Serra do Cipó/MG*. 108 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Chaves, P. M. B (2017) *As trilhas da Serra do Cipó: Um estudo de caso sobre o projeto travessia do Parque Nacional da Serra do Cipó*. (Monografia em Ciências Socioambientais). FAFICH, UFMG.
- Coriolano, L.N.M.T. (2003). Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: L. N. M. T. Coriolano (org.). *O Turismo de Inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: Premius.
- Elkington, J. (1994). Rumo à corporação sustentável: Estratégias de negócios ganha-ganha-ganha para o desenvolvimento sustentável. *Revisão de Gestão da Califórnia*, 36, 90-100.
- Faria, D. S. de, & Carneiro, K. S. (2001). *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: UnB.
- Farsari, Y., & Prastacos, P. (2000). Sustainable tourism indicators: Pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete. *Proceedings of The International Scientific Conference on "Tourism on Islands and Specific Destinations"*, University of the Aegean, Chios.
- Ferreira, R. A. (2010) *A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística: Um olhar sobre as transformações socioambientais*. (Mestrado em Geografia) IGC, UFMG.
- Gontijo, B. M (2003) *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó / MG: O caso de Lapinha*, 192 p., 297 mm, (UnB-CDS, Doutor, Desenvolvimento Sustentável).
- Gontijo, B. M., & Ferreira, R. A. (2008). Atravessando a Serra do Cipó. In: Christiano Ottoni (org.), *Serra do Cipó Sempre Viva* (pp. p. 232-236). 1ed. Pedro Leopoldo: Tavares.

- Gontijo, B. M., Braga, S. S., Mucida, D. P., & Morais, M. S. (2021). Áreas Protegidas e turismo na Serra do Espinhaço: Dez anos de atuação do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço - UFMG / UFVJM. *Revista Espinhaço Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*, 10(1). <https://doi.org/10.5281/zenodo.5096361>
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- Hardy, A., & Beeton, R. (2001). Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 9(3), 168-192.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. (2009). *Plano de Manejo: Parque Nacional Serra do Cipó/Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira*. Brasília. Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/REVISTA%20PLANO%20DE%20MANEJO%20APA%20-%20VERSAO%20PUBLICADAfinal%20-%20C%3%B3pia.pdf>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2015). *Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais*. Brasília: ICMBio.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. (2016). *Instrução Normativa n° 02, de 03 de maio de 2016*. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais. Brasília. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2016/in_icmbio_2_2016_exerc%3ADcio_atividade_conducaovisitantes_ucs.pdf
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. (2013). *Parque Nacional da Serra do Cipó. Cardápio de Atrativos*. Brasília. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo/images/stories/guia_do_visitante/Cardapio_FINAL.pdf
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. (2018). *Travessias: Uma aventura pelos Parques Nacionais do Brasil*. Brasília: ICMBio, 242p.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. (2019). *Guia Prático: Projeto Piloto Travessias do Parque Nacional da Serra do Cipó. Travessia Alto Palácio - Serra dos Alves*. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo/images/stories/guia_do_visitante/Guia%20Travessia%20Alto%20Palacio%20Serra%20dos%20Alves.pdf
- Instituto Estadual de Florestas. IEF. (2016). *Plano de manejo do PE Serra do Intendente e PNM do Tabuleiro. Encarte 1: Diagnóstico das UCs e entorno*. Recuperado de <http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/BD%20IEF/Plano%20de%20Manejo%20PESI%20Encarte%201%20FINAL.pdf>
- Instituto Semeia (2022). *Parques do Brasil: Percepções da população*. Recuperado de https://semeia.org.br/wp-content/uploads/2022/10/2022_Parques_do_Brasil_Percepcoes_da_Populacao.pdf
- Körössy, N. (2008). Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": Uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), 56-68. Recuperado de <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/238>
- Leung, Y., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (eds.) (2019). Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas N. 27, Gland, Suíça: UICN. 120 p. Recuperado de <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-Pt.pdf>
- Luchiari, M. T. D. P. (1999). *O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba, SP*. 218 f. Tese (doutorado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.
- Ministério do Meio Ambiente. MMA (2006). *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado de <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200417203825.pdf>
- Ministério do Turismo (2010). *Ecoturismo: Orientações básicas*. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>
- Mendes Júnior, J.M., & Ferreira, M. C. (2010). "Afinal, o que é Ecoturismo?" *Revista Geografia*, 35(2), 369-381. Recuperado de <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/agetoe/article/view/4841/5169>
- Menegasso, J. D., Sutil, T., Silva, J. G. S., & Ladwig, N. I. (2021). Turismo em áreas protegidas e os impactos da covid-19. In T. Sutil, N. I. Ladwig, & J. G. S. Silva (orgs.), *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma: UNESC.
- Observatório do Turismo de Conceição do Mato Dentro. OTUR-CMD (2023). *Boletim Mensal*. Recuperado de <https://www.inteligencia.tur.br/otur-cmd>

- Padoan, L. L. F. (2017) *Entre Lapinha da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro: O ecoar da travessia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) IGC, UFMG.
- Robinson, P., Lüick, M., & Smith, S. (2020). *Tourism*. 2 ed. Boston: CABI.
- Ruschmann, D. (2016). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 192 p.
- Ruschmann, D. (2000). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 199p.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121-1140.
- Sadler, B. (1999). Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. In: M. R. Partidário, & J. Jesus (eds.), *Avaliação do impacto ambiental: Conceitos, procedimentos e aplicações*. Caparica: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.
- Sancho, A. (2016). *Des-ordenamento territorial e unidades de conservação*. Tese (Doutorado em Geografia) IGC, UFMG.
- Silva-Melo, M. R., Melo, G. A. P., & Guedes, N. M. R. (2020). Unidades de Conservação: Uma reconexão com a natureza, pós-covid-19. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)*, 15(4), 347-360. <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10859>
- Spangenberg, J. H., & Bonniot, O. (1998). Sustainability indicators: A compass on the road towards sustainability. Paper n.81. Wuppertal: Wuppertal Institute, 34p. Recuperado de <https://epub.wupperinst.org/frontdoor/deliver/index/docId/721/file/WP81.pdf>
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: Conceitos e impacto ambiental*, v.1. São Paulo: Aleph.
- Tosun, C. (1998). Roots of unsustainable tourism development at the local level: The case of Ürgüp in Turkey. *Tourism Management*, 9(6), 595-610. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(98\)00068-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(98)00068-5)
- United Nations World Tourism Organization. UNWTO (2004). *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: Guía práctica*. Madrid: UNWTO. Recuperado de <https://www.ucipfg.com/Repositorio/MGTS/MGTS14/MGTSV-07/tema2/OMTIndicadores de desarrollo de turismo sostenible para los destinos turisticos.pdf>
- Walker, G. J. & Chapman, R. (2003). 'Thinking like a park: The effects of sense of place, perspective-taking, and empathy on pro-environmental intentions'. *Journal of Park and Recreation Administration*, 21(4), 71-86.
- Yáziği, E. (2001). *A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto.

Trabalho de Conclusão de Curso, graduação concluída em 2023 e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

